

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2018.

(Do Sr. Renato Molling)

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o aumento das taxas administrativas cobradas pela Caixa Econômica Federal na gestão dos repasses de contratos de emendas parlamentares entre a União e Municípios.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário dessa Comissão, a realização de Audiência Pública para debater sobre o aumento das taxas administrativas cobradas pela Caixa Econômica Federal na gestão dos repasses de contratos entre a União e Municípios, em especial no caso de emendas parlamentares, com a presença dos seguintes convidados:

- Ministro do Planejamento;
- Presidente da Caixa Econômica Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A realização desta Audiência Pública visa esclarecer o aumento das taxas administrativas cobradas pela Caixa Econômica Federal na gestão dos repasses de contratos entre a União e Municípios, em especial no caso de emendas parlamentares.

O presente pedido fundamenta-se na necessidade de esclarecimentos ao Parlamento Brasileiro, uma vez que até o início deste ano, a taxa administrativa para uma transferência do Governo Federal às prefeituras para uma obra ou contrato viabilizado por uma emenda parlamentar era de 2,5%. Em janeiro, o Ministério do Planejamento editou uma instrução normativa com novas regras para esses repasses, onde a taxa havia sido alterada para novos valores conforme uma tabela, que varia de 3,4% a 11,9%.

Sendo assim, é importante que o Presidente da Caixa Econômica Federal e o Ministro do Planejamento esclareçam a nova sistemática e os novos percentuais da taxa administrativa, bem como os repasses que serão abrangidos por ela.

A preocupação é que o aumento da taxa trará prejuízos aos municípios.

Sala da Comissão, em ____ de abril de 2018.

Deputado **RENATO MOLLING**
PRESIDENTE